

PINTO, Mirella Ribeiro. O Feminino durante as reformas urbanas e sociais do Rio de Janeiro. In:____. **O Papel Social Da Mulher Carioca Nas Crônicas De Olavo Bilac Durante A Primeira República (1901-1906)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017. p. 29-40.

3 O FEMININO DURANTE AS REFORMAS URBANAS E SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO

Antes de adentrar ao assunto proposto, iremos discutir o modo como a história das mulheres foram inseridas na historiografia.

3.1 A inserção das mulheres na historiografia

Com o movimento da Escola dos Annales (*Annales d'Histoire Économique et Sociale*), que surgiu na França em 1929, com os fundadores Marc Bloch e Lucien Febre, ocorreram inúmeras transformações na tradição historiográfica. Com a proposta de ampliação do leque de fontes, novas correntes e campos temáticos de pesquisa e a promoção da interdisciplinaridade[1], a *nouvelle histoire* começou a interessar-se por temáticas até então desprezadas pela historiografia, como afirma José Carlos Reis (2000) os “objetos que jamais foram considerados tematizáveis pelo historiador entram em seu campo de pesquisa”.

Além de aumentar o campo da história e seus objetos, a renovação historiográfica também se empenhou em aperfeiçoar o modo de análise dos documentos, e que a partir desses o historiador reconstrói o período histórico em estudo, sem se preocupar com a legitimidade do documento, mas sim em interrogá-lo. Segundo o historiador José Carlos Reis (2000), interessado em analisar a repercussão de Michel Foucault na renovação historiográfica, ele sustenta que para Foucault, o documento na nova história,

“(…) não quer saber se eles dizem a “verdade”, mas trabalha-os do interior, elabora-os, organiza-os, recorta-os, distribui-os, ordena-os, estabelece séries, define modelos, descreve relações. Os documentos não são mais uma matéria inerte, que, agrupados e criticados, reconstituíram o passado em si. A história nova não era mais a “memória milenar”, que usa os documentos para reencontrar suas lembranças, mas a elaboração de uma materialidade documentária. Como toda sociedade secreta documentos, a história é a que elabora esse material. A história tradicional, prossegue Foucault, memorizava os “monumentos” do passado, transformando-os em “documentos”; hoje, a história nova transforma documentos em “monumentos”. A história nova tenderia à Arqueologia – à descrição intrínseca do “monumento”. (REIS, 2000, p, 123-124).

Com a descoberta de novas documentações, até então ignoradas pela historiografia tradicional, houve uma contribuição para a observação da participação de pessoas comuns,

os excluídos da história. Desse modo, esses grupos sociais[2] passaram a ser considerados sujeitos e objetos da história. Então, a nova história começava a preocupar-se com os marginalizados da sociedade, deixando de narrar somente as histórias dos campos de batalhas e dos acontecimentos políticos.

As mulheres por muito tempo fizeram parte desses grupos sociais, até então excluídos da história, mas elas passaram a receber olhares como condições de objeto e sujeito da história a partir do desenvolvimento de novos campos na historiografia, como por exemplo, a Nova História Cultural e a História das Mentalidades, que abriram novos horizontes para os estudos dos sujeitos que estavam à margem dos grandes acontecimentos. De acordo com Rachel Soihet,

O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apoiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise, e, principalmente, a antropologia – com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres. (SOIHET, 1997, p. 400-401).

O campo de estudos sobre gênero alargou-se com a renovação da historiografia. Porém, não podemos desconsiderar a importância que o movimento feminista, a partir de fins dos anos de 1960, também contribuiu para o advento da história das mulheres. Como consequência, essa relação mútua entre o movimento feminista e a historiografia, começou a multiplicar o número de pesquisas sobre mulheres.

No Brasil, muitos trabalhos foram publicados a partir dos anos de 1980 e, segundo Rachel Soihet e Joana Pedro (2007), esses estudos possuíram o objetivo de reparar a exclusão da História das Mulheres da historiografia. Podemos citar alguns estudos como: o número da *Revista Brasileira de História* (v.9, n.18) organizado por Maria Stella Martins Bresciani, a publicação do livro *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* por Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), e o livro da historiadora Margareth Rago (1985) *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*, entre outros. Sendo esses dois últimos, considerados grandes referências para os estudos sobre a mulher na sociedade brasileira.

O desenvolvimento da história das mulheres, articulado às inovações no próprio terreno da historiografia, tem dado lugar à pesquisa de inúmeros temas. Não mais apenas focalizam-se as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, mas também introduzem-se novos temas na análise, como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros. (SOIHET, 1997, p. 406-407).

Essa historiografia da década de 1980 possuía uma preocupação em combater os ideais defendidos pelos movimentos feministas da década passada, ou seja, em refletir a figura da mulher como possuidora de uma identidade única. Sendo assim, os novos estudos feministas passavam a enfatizar a diversidade das identidades femininas existentes. De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro,

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher” que constituía uma identidade diferenciada da de “homem” não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam. [...] Todo esse debate fez ver que não havia a “mulher”, e sim as mais diversas “mulheres”, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. (PEDRO, 2008, p. 169-170).

Podemos observar que entre o ambiente acadêmico e os movimentos políticos feministas ocorreram constantes intercâmbios de pensamentos. A partir desse debate, tanto no âmbito acadêmico quanto nos movimentos feministas, a categoria “mulher” passou a ser substituída por “mulheres”, com o intuito de abranger as diversas identidades femininas.[3]

Foi dessa forma que, também nos trabalhos acadêmicos, entre eles os da História, inicialmente a categoria de análise mais usada foi, exatamente, “mulher”. Foi com essa categoria que as historiadoras e historiadores procuraram integrar, na narrativa que se fazia da história da humanidade, a presença de mulheres. Foi, também, buscando mostrar a diferença no interior da categoria “mulher” que passaram a utilizar a palavra “mulheres”. (PEDRO, 2008, p. 170).

Assim, a inclusão das mulheres na História não poderia ocorrer apenas como um novo objeto em uma narrativa histórica já pronta, mas sim “interrogar e desconstruir a própria historiografia, que havia produzido o silêncio e o apagamento das mulheres, no passado.” (MAIA, 2015, p. 210). Para tal desconstrução, segundo a historiadora Cláudia Maia, houve a primordialidade da elaboração do gênero enquanto uma categoria de análise.

Assim, a apropriação das críticas do filósofo francês, bem como da sua analítica do poder como correlação de forças, tornou possível construir o gênero como uma categoria de análise histórica e com maior eficácia política – conforme proposta de Joan Scott (1995), em seu importante artigo *Gênero uma categoria útil de análise histórica*. Passamos a entender as relações entre homens e mulheres como relações de poder e que o gênero não existe *a priori* nos sujeitos, mas é construído histórico e culturalmente por diversas práticas discursivas. (MAIA, 2015, p. 211).

Dessa forma, Michel Foucault (1926-1984), considerado um dos maiores filósofos, do pensamento moderno, que contribuiu para os estudos da sexualidade, no final dos anos de 1980, foi um dos principais suportes teóricos utilizados pelas historiadoras feministas, com a finalidade de elaborar o conceito de gênero. Diversas pesquisas em torno do tema sobre História das Mulheres são elaboradas à luz da genealogia foucaultiana[4], como as da historiadora Margareth Rago, *“Do cabaré ao Lar”* publicado em 1985, e a pesquisa sobre *“Mujeres Libres na Revolução Espanhola (1936-1939)”*; da professora Cláudia de Jesus Maia, *“A invenção da solteirona”* tese publicada em 2007, e inúmeros artigos da historiadora feminista Tânia Navarro Swain (2000) como por exemplo: *“Quem tem medo de Foucault: feminismo, corpo e sexualidade”*. Todas apresentam a sua relação com os estudos de Foucault, de modo enriquecedor e receptivo, em especial os estudos de Tânia Navarro, que à levou a possuir maiores indagações em relação a história, possibilitando novos olhares críticos para as práticas femininas ao longo da história.

Para mim, o estudo de Foucault não foi paradoxal em relação ao feminismo, mas um percurso teórico que me levou a ter um questionamento maior em relação também à História. Um encontro maravilhoso, uma nova possibilidade de fazer ciência, que destruía aquela pretensão de verdade única dos marxistas (...) Foucault abre comportas e não apenas portas... (RAGO, 2015, p. 1, apud NAVARRO-SWAIN, entrevista realizada em 15/02/2009).

Assim, revelando o modo como as reflexões foucaultianas sobre o poder, o corpo e a sexualidade contribui com recursos teóricos para a historiografia feminista. Segundo Maia (2007), seguindo Teresa de Lauretis e Tânia Navarro, o gênero não é algo que existe a priori das pessoas, mas sim uma construção a partir do conjunto de práticas discursivas, institucionalizadas, enunciados científicos técnicos.

(...) a existência das “tecnologias de gênero” mostra poderes disseminados que, pela criação e difusão de imagens e papéis femininos/masculinos, compõem e alimentam o dispositivo da sexualidade, determinando identidades binárias como matrizes de inteligibilidade do sexo (...). As “tecnologias do gênero” seriam os mecanismos institucionais e sociais que teriam o “(...) o poder de controlar o campo da significação social e produzir, promover e implantar representações de gênero”. (MAIA, 2007, p. 24, apud NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 57).

Posto isto, compreender as noções de poder nas relações de gênero, de acordo com os estudos foucaultianos, nos levam a refletir o modo como os discursos e os poderes disciplinares atuam na construção de um modelo idealizado de mulher, reprodutiva e

binária, sendo as relações de poderes responsáveis pelo controle dos corpos. No âmbito familiar, na maioria das vezes, esse poder disciplinar está presente na figura do homem/esposo, que consideram as mulheres/esposas como objeto de propriedade, buscando assim controlar, disciplinar e vigiar os corpos femininos.

Juntamente com o poder disciplinar, o biopoder de Michel Foucault, segundo as (os) historiadoras (es) foucaultianas (os) é o poder que controla um conjunto de habitantes, por meio de diversos dispositivos para regular homens e mulheres. Então, não podemos deixar de compreender que o poder, o sexo, os sujeitos e suas identidades não são processos naturalizados, e sim práticas sociais, socialmente moldadas e historicamente desenvolvidas.

Portanto, o aproveitamento do conceito de gênero à luz das contribuições de Michel Foucault, proporciona no domínio historiográfico, a inserção das mulheres na história irem além de simplesmente serem adicionadas, possibilitando a nós, historiadoras e historiadores, “problematizar a produção das diferenças sexuais, de papéis sociais normativos, ancorados em determinismos biológicos e denunciar a divisão binária, naturalizada e hierarquizada do mundo.” (MAIA, 2015, p. 211).

Desse modo, ao voltar-se para a história do cotidiano das mulheres e partir dos mesmos pressupostos metodológicos e marcos políticos que uma história escrita do ponto de visto masculino, podemos garantir maior visibilidade aos processos sociais que as mulheres viveram no início do século XX, sendo esse um século de muitas conquistas, grandes realizações e transformações do contexto social feminino.

No esforço da reconstrução da atuação das mulheres no início da Primeira República, pretendemos analisar as práticas discursivas, posições, relações de poder e as representações sociais acerca do feminino entre os anos de 1901-1906, período marcado por diversas transformações urbanísticas e várias tentativas de civilização da sociedade brasileira. Sendo nesse momento, idealizado pela sociedade, principalmente a mais abastada, um ideal de mulher moderna que deveria ocupar os novos espaços públicos de lazer, mas sem contestar as hierarquias sociais até então existentes.

3.2 Ser mulher durante os primórdios da República Velha: o regresso para o lar

A primeira república foi um período marcado por diversas reformas urbanas e sociais, principalmente na então capital federal, cidade do Rio de Janeiro. Com a transição da mão-de-obra escrava para a assalariada no final do século XIX, começava a ocorrer um conjunto de mudanças nas relações sociais, econômicas e culturais. A queda da Monarquia vai ser um dos maiores impactos na sociedade brasileira da época.

Nesse contexto dos anos iniciais da Primeira República, é notável os problemas decorrentes da urbanização. Desse modo, as práticas populares de vida começavam a ser problemas para os setores da burguesia, como médicos, sanitaristas, donos de fábricas, e políticos. Essas preocupações vão levar essa parcela da sociedade a pensar em projetos políticos que discorressem sobre a transformação do país, agora republicano, em uma nação sustentada pelo tripé da civilização-modernização-disciplina.

Esse período de transformação do país ficou conhecido como Belle Époque (1890-1920), que possuía o ideal de urbanizar e transformar as capitais brasileira de acordo com o modelo europeu, em especial o parisiense. De acordo com a Rachel Soihet (2015), durante a Belle Époque nos trópicos, houve preocupações por parte dos setores burgueses da sociedade em introduzir no seio das famílias humildes um modelo de família burguesa, capaz de respeitar as leis, os novos costumes, as regras e as convenções.

Havia, então, uma necessidade de eliminar os traços coloniais que ainda perpetuavam no país, período considerados como um “atraso” que deveriam ser apagados, para assim implementar os novos costumes europeus, considerados civilizados e modernos. Segundo a historiadora Margareth Rago (2014), iniciava-se a “desodorização do espaço urbano” na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Ocupam-se com a medicalização da cidade, como a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas, com a arborização das praças. E alarmam-se com os surtos epidêmicos que dois bairros pobres se alastram pela cidade, ameaçando invadir as casas elegantes dos recentes bairros ricos; com a ausência de esgotos e instalações sanitárias privadas; e com a exalação dos odores fétidos e miasmáticos gerados pela aglomeração perniciososa da população pobre em cubículos estreitos. (RAGO, 2014, p. 214-215).

Essas eram as preocupações iniciais dos higienistas, que começavam a surgir desde o final do século XIX nas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Ambas, passaram por profundas transformações na virada do século. Rio de Janeiro, a Capital Federal, passou por inúmeras mudanças, a fim de mostrar para as outras cidades e para o mundo que a então Capital se tornaria mais tarde um cartão postal, e assim atrairia imigrantes europeus para o mercado livre de trabalho. Desse modo, podemos elencar uma série de transformações urbanas como:

A abertura de avenidas e de alamedas, com a construção de chafarizes e demais serviços públicos, com o calçamento de ruas, instalações de iluminação a gás, criação de novos bairros, que passam a ostentar casarões suntuosos. (...) No Rio, as campanhas de saneamento, a demolição de antigos quarteirões, a abertura de novas avenidas, como a Avenida Central, e os serviços de melhoramento do porto são desenvolvidos durante a gestão do engenheiro Pereira Passos, assessorado pelo médico Oswaldo Cruz. (RAGO, 2014, p. 215).

As principais mudanças urbanas e sociais, da cidade do Rio de Janeiro, ocorrem durante o governo federal de Rodrigues Alves (1902-1906) juntamente com o apoio do então prefeito e engenheiro Francisco Pereira Passos. Essas reformas incidem diretamente nas mulheres, porque as habitações vão ser os principais alvos de preocupações do governo, da medicina, e dos higienistas.

Como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa um espaço da felicidade confortável, afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares. (RAGO, 2014, p. 215).

Desse modo, as casas populares, os cortiços[5], botequins, favelas, e ruas vão ser, cada vez mais constante, vigiados e controlados pelos poderes públicos, que possuíam o ideal de instituir novos hábitos considerados civilizados, e assim apagar os costumes populares, que eram vistos, pela sociedade burguesa, como uma imagem negativa.[6]

Podemos considerar que todos esses espaços, citados acima, eram frequentados por homens e mulheres. Portanto, as moradias populares começavam a ser alvo dos discursos médicos e higienistas, que consideravam que a instauração de um novo modelo de família, de comportamento e de vida, criado pela sociedade burguesa, seria a solução da higienização do espaço doméstico. Para tal novo modelo familiar, ocorreu a intenção de um novo padrão de ser mulher. Segundo Maria Ângela D’Incao (2015), ainda durante o Império, com a abertura da Faculdade de Medicina, o discurso médico-higienista começou a ser disseminado entre as famílias burguesas. Porém, no início do século XX esse discurso se intensificou por conta do processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, adentrando os lares pobres e construindo novos conceitos sobre higiene e vivência familiar.

O projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses, domesticação literal que a imagem projetiva de “bárbaros” justifica, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela. Que perseguem o trabalhador em todos os momentos de sua vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais. Para tanto, a redefinição da família constitui peça mestra. Um modelo imaginário de mulher, voltada para a intimidade do lar, e um cuidado especial com a infância [...].” (RAGO, 2014, p. 25).

A partir desse momento, as mulheres recebiam um papel social de ser dona-de-casa, mãe e esposa dedicadas às tarefas do lar, responsáveis em prevenir a propagação de doenças, e assegurar que o lar seria aconchegante para o marido não cair nos desvios das ruas. Segundo Rago (2014), a mulher moderna deveria ser,

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada (...). (RAGO, 2014, p. 88).

Por mais que a mulher do século XX estivesse presente nas ruas, nas fábricas, e no comércio, ou seja, inserida no mercado de trabalho, não era bem vista pela sociedade, principalmente burguesa, que elas “abandonassem” os lares, filhos e maridos para ocupar lugares nos espaços públicos. Sendo assim, é lançado sobre as mulheres a responsabilidade de dedicarem inteiramente à vida doméstica e privada, tornando-as, de acordo com Rago (2014) “vigilante do lar”.

Com a crescente onda de projetos urbanos para remodelar e modernizar a cidade do Rio de Janeiro, inúmeras ruas e avenidas foram abertas, ou reformadas, para que parcelas da sociedade burguesa pudesse ocupar esse local público nas horas de lazer. Essas reformas da urbe possuíram a intenção de apagar a imagem da rua como um espaço de desvios e tentações. A construção da Avenida Central[7] possuía esse objetivo de tornar o espaço urbano e público sinônimo de civilização, sem a circulação de homens pobres e vadios. Portanto, para frequentar a grande e luxuosa avenida, construída nos moldes de Paris, era necessário possuir um grau de moral, e “comportar-se à parisiense”, como afirmou Lená Medeiros (2002).

Essas avenidas, ruas, e *boulevards* preparavam-se para consolidar-se como espaços de lazer, convivências e sociabilidades para a sociedade carioca, principalmente a burguesa. Assim, deixando de ser um lugar degradante, as vias públicas exigiam de homens e mulheres um certo comportamento ao ocupar esses espaços urbanos. Exigia-se bons modos, principalmente das “mulheres honestas” que deveriam frequentar as ruas acompanhadas. Dessa forma, as autoridades estavam sempre em constante vigilância no comportamento das mulheres nos espaços públicos.

No caso das mulheres, acrescentavam-se os preconceitos relativos ao seu comportamento; sua condição de classe e de gênero acentuava a incidência da violência. O desrespeito às suas condições existenciais traduzia-se em agressões físicas e morais. (SOIHET, 2015, p. 366).

Muitas mulheres, principalmente as mais pobres, que não se enquadravam nas características de passividade, recato, e delicadeza era duramente repreendidas, pela polícia, quando frequentavam as ruas. Muitas delas, que precisavam trabalhar para sustentar seus filhos e ajudar nas economias da casa, eram confundidas e perseguidas pelas autoridades como se fossem “mulheres da vida fácil”. Essas últimas, eram consideradas como mulheres desonestas, ou inferiores, e o saber médico vai classificar essas mulheres como “degeneradas”, que contrariam a “natureza” dócil e doméstica. Segundo os estudos da historiadora Margareth Rago (2014),

Um dos traços mais característicos da personalidade da mulher pública, na visão dos médicos, é a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. Ela “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituída do senso moral”. Antítese da esposa honesta (...). (RAGO, 2014, p. 120-121).

Com a onda de regime disciplinar e de moralização dos hábitos femininos, houve uma crescente preocupação com a mão-de-obra feminina no início do século XX. Como já foi mencionado, a mulher deveria ser educada para a vida doméstica, tornar-se uma boa esposa e mãe dedicada à educação e saúde dos filhos. Desse modo, as mulheres não possuíam perspectivas profissionais no âmbito público, pois havia “as exigências de um bom preparo e educação para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com a moda ou com a casa”. (RAGO, 2014, p. 88).

Entretanto, muitas mulheres pobres trabalhavam nas fábricas, e em relação a mão-de-obra masculina, a feminina acabava sendo mais barata e desvalorizada. Da mesma forma, as mulheres possuíam outros campos de atuação profissional, as mais abastadas, que contrariavam o modelo de mulher-mãe-esposa devotada ao lar, estavam

(...) destinadas às carreiras de professoras primárias, enfermeiras, no caso das que tinham algum acesso à instrução, e domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, nas camadas mais baixas. No caso da operária, mesmo num ramo em que sua participação era enorme, como o têxtil, “as alternativas de ocupação para homens eram maiores”. (RAGO, 2014, p. 91).

Posto isto, a maternidade foi um dos pontos também patrulhados pelos médicos e sanitaristas, que difundiam um discurso de valorização do papel materno, sendo esse considerado pela ciência, dos meados do século XIX e início do XX, uma predestinação natural e sagrado da mulher. A maternidade tornava-se alvo de valorização tendo em conta os altos índices de mortalidade infantil. Assim, a criança passava a ser vista como o futuro da nação. Com um sentimento nacionalista, as mulheres mães e esposas, eram aconselhadas a cuidar da saúde, da educação e da formação do caráter dos filhos, visto que esses seriam os futuros cidadãos e força de trabalho do país. Portanto, à mulher era atribuído inúmeras incumbências no ambiente doméstico, desde a criação dos filhos, dos cuidados com o lar e com o marido.

3.3 O feminino e a literatura durante a Primeira República

Como podemos constatar no primeiro capítulo deste trabalho, os literatos assumiram a função de auxiliar as autoridades responsáveis pela modernização e urbanização da cidade do Rio de Janeiro, por meio da escrita de crônicas publicadas em periódicos da época. Desse modo, nosso cronista, Olavo Bilac, não deixou de tratar sobre as questões cotidianas que circundavam as mulheres cariocas dos primórdios da República. Sem esquecer que nesse momento da nossa história, o processo de industrialização e as novas demandas da capital federal necessitavam de uma nova organização social. E essa, foi planejada com o auxílio do discurso sanitarista, que juntamente com as instituições médicas, passou a ocupar uma posição de destaque para auxiliar o Estado brasileiro a higienizar, organizar e disciplinar os comportamentos e as relações sociais dos brasileiros, em especial a transformação do papel social da mulher no Brasil.[8]

Ao fazer um levantamento das crônicas que abordam o feminino, podemos identificar que Bilac em vários momentos, ao longo de quase vinte anos de contribuição em jornais e revistas, escreveu e opinou sobre temas ligados à mulher, como casamentos, divórcios, aborto, maternidade, trabalho, prostituição, o ser mulher moderna, a emancipação feminina, e assim, sempre buscando demarcar o lugar social da mulher.

O feminino também foi alvo de outros cronistas e literatos, como, por exemplo, Lima Barreto que em suas crônicas, contos e romances escreveu sobre as relações entre homens e mulheres, além de comentar sobre sexualidade, casamentos, crimes passionais e emancipação feminina[9]. Entretanto, as questões cotidianas femininas não ficaram restritas

aos homens de letras, pois mulheres, como Júlia Lopes de Almeida, também discutiram em suas crônicas e romances, temas relacionados ao papel social da mulher durante o primeiro tempo republicano.

Porém, vale destacar que as mulheres não assumiram essa função de literatas, jornalistas, poetisas ou ficcionistas somente no final do século XIX, pois temos registros e trabalhos, como de Constância Lima Duarte sobre a *“Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX”*, publicado no ano de 2016, que faz um desdobramento de toda literatura feminina e imprensa feminista existente desde as primeiras décadas do século XIX, que certamente vai servir como porta de entrada e de resistência às mulheres que viveram o período da modernização da urbe e dos costumes, como a *Belle Époque* carioca.

(...) redatoras – Josefina Álvares de Azevedo, Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida e Presciliana Duarte de Almeida, entre outras – empenhadas em conscientizar as leitoras de seus direitos à educação, à propriedade, ao voto e ao trabalho. Assim, o protagonismo feminino adentra as redações e toma para si a direção política e ideológica de muitas das folhas destinadas às mulheres. De leitoras a redatoras, abrem espaço às vozes femininas antes reclusas às alcovas, e empreendem a transformação hoje perceptível no perfil dessa imprensa: de “revista de moda” a órgãos de reflexão. (DUARTE, 2016, p. 26).

Essa produção de livros, jornais e revistas da Primeira República destinava-se ao pequeno público de mulheres, em razão de que poucas possuíam acesso à educação secundária, pois, muitas dessas senhoras se encontravam reclusas no ambiente doméstico. Como já vimos, Olavo Bilac era um dos poucos intelectuais bastante lido a época, além de possuir um público feminino que o acompanhava, como podemos observar após ter contato com as crônicas publicadas no *Gazeta Notícias* e na *Revista Kosmos*, entre os anos de 1901-1906. Desse modo, as mulheres tornaram-se tema das *crônicas bilaqueanas*, tendo em vista que muitas vezes Bilac dedicava alguns de seus escritos semanais ou mensais, à “linda assignante da *Kósmos*”[10].

Assim sendo, no próximo capítulo, pretendemos discutir e analisar historicamente os escritos cronísticos de Bilac, levantados ao longo da pesquisa, publicados no periódico de renome *“Gazeta Notícias”*, e na luxuosa *“Revistas Kósmos”*[11], durante os anos de 1901-1906. E assim, ler nas entrelinhas e compreender o modo como o cronista opinava sobre o comportamento social das mulheres do Rio de Janeiro, durante os anos iniciais do século XX. Não se esquecendo da ideia de que as crônicas literárias de Bilac, aqui, serão tratadas como documento testemunha de uma época, pois, segundo Valdeci Rezende Borges (2010), a literatura “é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos,

de projetos de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir”, que movimentam a sociedade e o tempo histórico em questão.

[1] Nesse momento a historiografia aproximou-se de inúmeras disciplinas como: a antropologia, a sociologia, a filosofia, a psicanálise, a literatura, a linguística e entre outras ciências.

[2] Segundo Rachel Soihet, esses grupos sociais excluídos da história, até a virada historiográfica do século XX, eram compostos por: operários, escravos, camponeses, mulheres e pessoas comuns.

[3] Vale ressaltar, que isso não quer dizer que o conceito de “mulher” não continuou sendo utilizado no meio acadêmico ou nos movimentos de mulheres e feministas.

[4] FOUCAULT, 2014.

[5] Segundo Rachel Shoihet (2015), essas habitações eram consideradas o símbolo do atraso e ambientes vergonhosos que propagavam as epidemias. Sendo assim, como a cidade do Rio de Janeiro desejava se tornar o cartão postal do progresso, muitos cortiços localizados na área central foram derrubados pelos grupos dirigentes das ações higienistas.

[6] Segundo a historiadora Margareth Rago (2014), as práticas populares eram vistas como promíscuas e anti-higiênicas, precisando ser eliminadas por meio do estabelecimento de novos hábitos moralizados.

[7] A construção da Avenida Central, atual Av. Rio Branco, que aconteceu entre 8 de março de 1904 e 15 de novembro de 1905, foi um dos principais marcos da reforma urbana carioca durante o governo federal de Rodrigues Alves, e do prefeito Pereira Passos, que eliminou os cortiços da área central para passar a grandiosa avenida. Esse grande símbolo da modernidade, progresso e civilização possuía casarões inspirados na arquitetura de Paris, e era o centro comercial e financeiro da cidade do Rio de Janeiro.

[8] Essa transformação do papel da mulher, começava a ser idealizada em meados do século XIX e consolidada durante o período da Primeira República. Entretanto, não podemos afirmar que essas colocações não se deram sem conflitos e resistências sociais.

[9] Ver mais em: ENGEL, 2009.

[10] BILAC, Olavo. **Chronica**. Revista Kósmos. Rio de Janeiro, agosto, 1905, ano 2.

[11] Uma revista de conteúdo literário e erudito, direcionada para um público leitor altamente intelectualizado e alfabetizado, possuindo crônicas e propagandas direcionadas para damas e senhoras da sociedade burguesa, que frequentavam programas culturais, como teatros, e apreciava a literatura brasileira.